

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.373.136 - MG (2018/0259090-0)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
AGRAVANTE : WAGNER GOMES ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : DANIEL APARECIDO ROSA CORGOSINHO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu o recurso especial, interposto com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que WAGNER GOMES ALVES DE OLIVEIRA e DANIEL APARECIDO ROSA CORGOSINHO foram denunciados como incurso no delito do art. 157, § 2º, II, do Código Penal (roubo majorado pelo concurso de agentes) e absolvidos por falta de provas, nos termos do art. 386, inc. VII, do Código Penal - CP.

Irresignado, o *Parquet* interpôs recurso de apelação (fls. 207/212), requerendo a condenação dos réus, nos termos da denúncia. O Tribunal estadual deu provimento ao apelo em acórdão que ficou assim ementado (fl. 269):

APELAÇÃO CRIMINAL. ROUBO MAJORADO. SENTENÇA ABSOLUTÓRIA. RECURSO INTERPOSTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO. AUTORIA E MATERIALIDADE DEMONSTRADAS. PALAVRA DA VITIMA, CORROBORADA POR OUTRAS PROVAS. CONDENAÇÃO IMPOSTA.

- Havendo prova cabal da autoria e materialidade do delito de roubo majorado descrito na denúncia, consubstanciada na palavra da vítima, em consonância com outras provas produzidas no bojo dos autos, impõe-se o decreto condenatório.

Foram opostos embargos de declaração tanto pela defesa quanto pelo Ministério Público (fls. 279/290 e fls. 294/296), os quais foram rejeitados (fls. 297/303 e fls. 306/310).

Em sede de recurso especial, a defesa aponta ofensa aos arts. 157, §2º, II, do Código Penal - CP, e aos arts. 239 e 386, VII, ambos do Código de Processo Penal - CPP.

Sustenta, em síntese, que *"não há provas contundentes e robustas capazes de comprovar a autoria do fato delituoso imputado aos recorrentes, uma vez que*

negaram, em todas as oportunidades em que foram ouvidos, a autoria do delito em apuração" (fl. 317).

Ressalta que em *"todo o processado, a autoria e a materialidade do furto são apontadas exclusivamente pelas declarações da vítima. Os policiais militares não presenciaram os fatos" (fl. 318)*, mencionando que *"Não há nada mais que respalde a versão da ocorrência do roubo, um único elemento sequer. Nenhuma testemunha da acusação foi ouvida em juízo" (fl. 318).*

Requer, desse modo, o provimento do recurso especial para que, cassado o aresto impugnado, sejam os recorrentes absolvidos.

A r. decisão agravada não admitiu o apelo nobre pela incidência da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça (fls. 335/336).

Contraminuta às fls. 345/348. Instado, o Ministério Público Federal opinou pelo não provimento do agravo (fl. 360/365).

É o relatório. Decido.

O recurso não merece provimento.

Como visto, a insurgência recursal cinge-se à ausência de provas para a condenação dos réus pelo delito de roubo majorado, pelo qual foram condenados pelo Tribunal *a quo*, tendo em vista a palavra da vítima.

O Tribunal de origem, assim destramou a questão quanto ao ponto (fl. 271):

"Após analisar detidamente os autos, me convenci de que a pretensão acusatória merece vingar, data venia.

A materialidade está positivada no auto de apreensão (fl. 16) e no termo de restituição (fl. 17), sem prejuízo da prova oral colhida, por meio dos quais resultou devidamente comprovada a existência material do delito em apreço.

A autoria é certa, não obstante a negativa dos acusados.

W.G.A.O afirma que tudo não passou de uma "contenda física", pois ele e a vítima tinham desentendimento pretérito em relação a uma bicicleta; já D.A.R.O afirmou desconhecer a vítima e o outro réu, dizendo que se limitou a separar a briga dos dois (fls. 110/111v).

Todavia, os demais elementos de convicção apontam em sentido contrário, a começar pelas declarações da vítima, que não hesitou na descrição dos fatos e apontou os acusados como os responsáveis pela subtração de seu telefone celular.

A.J.S contou que os réus o acusavam de ter furtado uma bicicleta deles e, por isso, chegou a ser agredido e roubado em outras

oportunidades. Esclareceu que no dia dos fatos foi ao banheiro da antiga rodoviária, onde foi surpreendido pelos acusados, que "bateram no declarante com socos e pontapés", levando, em seguida, seu telefone celular Nokia 2310. Arrematou dizendo que o posto da polícia militar ficava nas proximidades, possibilitando a prisão dos agentes (fl. 06).

Em Juízo, a vítima não apenas ratificou seu depoimento, mas também afirmou que o telefone só foi localizado porque os policiais questionaram os acusados sobre onde haviam dispensado o objeto, tendo eles apontado o local. Por fim, disse que "o celular foi retirado do bolso do depoente por W.G.A. O, enquanto o depoente era imobilizado por D.A.R. C", não tendo dúvida da autoria apontada (fl. 115).

É por demais sabido que, nos crimes contra o patrimônio, quase sempre praticados na clandestinidade, a palavra do ofendido - se segura e coesa, sem intenção de incriminar um inocente ou ver agravada sua situação - tem relevante valor probatório. [...]

No caso em pauta, as declarações da vítima encontram amparo no testemunho do policial Anderson Lopes Pereira. Ele confirmou ter sido procurado por E.J.C, que acabara de ser roubado, recebendo socos e chutes pelo corpo. O militar também disse que os réus foram localizados nas proximidades e que o telefone celular foi apreendido próximo a um banco (fl. 02).

Nesse contexto, entendendo que a autoria resultou devidamente positivada em relação aos apelados, não havendo dúvida de que eles, mediante violência, subtraíram o telefone celular pertencente à vítima.

Destarte, comprovadas a autoria, materialidade e tipicidade do delito, ausentes causas excludentes de ilicitude ou de culpabilidade, impõe-se a condenação de W.G.A.O e D.A.R.O nas iras do artigo 157, §2º, II, do Código Penal" (fls. 270/273).

Dessa forma, inviável o acolhimento da pretensão recursal, pois o Tribunal estadual, soberano na análise do contexto fático-probatório dos autos embasou a manutenção da condenação dos acusados nas provas produzidas nos autos consistentes nos relatos das vítima e no depoimento policial, assim, o pedido recursal esbarra no óbice do enunciado n. 7 da Súmula do STJ, por demandar revolvimento dos elementos de provas, o que não se viabiliza em recurso especial.

Nessa linha:

PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO. FALTA DE PROVAS. ART. 155, 226 E 386, VII, TODOS DO CPP. VERIFICAÇÃO. DOSIMETRIA. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 7 E 83 DO STJ. AGRAVO NÃO

PROVIDO.

1. Não há falar em negativa de vigência ao art. 226 do Código de Processo Penal, pois a orientação do Tribunal a quo está em consonância com a jurisprudência desta Corte sobre o tema, no sentido de que "o reconhecimento pessoal isolado não anula o ato, sendo que a presença de outras pessoas junto ao réu é uma recomendação legal e, não, uma exigência" (HC 41.813/GO, Ministro Gilson Dipp, Quinta Turma, DJ 30/5/2005).

2. Para alterar a conclusão a que chegou as instâncias ordinárias, no sentido de se verificar a inexistência de elementos de autoria e de materialidade suficientes a desconstituir o decreto condenatório, ou se houve acerto ou desacerto no estabelecimento da dosimetria da pena, demandaria, necessariamente, revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos, procedimento que encontra óbice na Súmula 7/STJ, que dispõe: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial."

3. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 651.631/RS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2015).

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. VIOLAÇÃO AO ART. 402 DO CPP. NULIDADE. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS PREJUÍZOS SUPOSTOS PELO RÉU. EIVA NÃO CONFIGURADA. ACÓRDÃO DO TRIBUNAL DE ORIGEM EM CONSONÂNCIA COM A ORIENTAÇÃO JURISPRUDENCIAL DESTA CORTE SUPERIOR. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N.º 83 DA SÚMULA DO STJ.

[...]

DECLASSIFICAÇÃO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ELEITA. ENUNCIADO SUMULAR N.º 7/STJ. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A pretendida desclassificação da conduta imputada ao recorrente para a infração penal de estelionato ou de furto mediante fraude é questão que demanda aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo, providência vedada na via eleita. Óbice do Enunciado n.º 7 da Súmula desta Corte Superior.

2. Insurgência desprovida (AgRg no AREsp 959.515/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 18/11/2016).

PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 386, IV, V E VII, DO CP. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO E CORRUPÇÃO DE MENORES. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Tendo as instâncias ordinárias concluído pela efetiva

ocorrência dos crimes de porte ilegal de arma de fogo de uso restrito e corrupção de menores, inviável, na seara do recurso especial, infirmar tal conclusão, para concluir pela absolvição do recorrente, pois seria necessário o reexame de fatos e provas, providência incabível nesta sede. Incidência da Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

2. Agravo regimental desprovido (AgRg no REsp 1.724.762/AC, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 30/5/2018).

Ademais, vale destacar que o acórdão impugnado está em sintonia com a jurisprudência desta Corte que é pacífica no sentido de que, no crime de roubo, em geral praticado por meio da clandestinidade, a palavra da vítima tem especial valor probante, desde que corroborada por outros elementos probatórios constantes dos autos, como ocorre na espécie.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO PELO CONCURSO DE AGENTES E EMPREGO DE ARMA. VIOLAÇÃO DO ART. 386, VII, DO CPP E DO ART. 157, § 2º, I E II, DO CP. SUPOSTA ILEGALIDADE NA CONDENAÇÃO CALCADA EM DEPOIMENTO DA VÍTIMA. IMPROCEDÊNCIA. PALAVRA DA VÍTIMA QUE OSTENTA ESPECIAL RELEVÂNCIA, MORMENTE QUANDO CORROBORADA POR OUTROS ELEMENTOS DE PROVA. PRECEDENTES DO STJ. ARESTO IMPUGNADO QUE GUARDA PERFEITA HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. TESE DE INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.

Agravo regimental improvido (AgRg no AREsp 1.144.160/DF, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 04/12/2017).

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. ABSOLVIÇÃO. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA E PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. O Tribunal de origem, soberano na análise dos fatos e das provas, ao desclassificar a conduta dos acusados pela prática do crime tipificado no art. 157, § 2º, II, para a do 155, § 4º, IV, ambos do Código Penal, reconheceu estarem sobejamente comprovadas nos autos a materialidade e a autoria do delito.

2. Cumpre ressaltar que, nos crimes contra o patrimônio, geralmente praticados na clandestinidade, tal como ocorrido nesta hipótese, a palavra da vítima assume especial relevância, notadamente quando narra com riqueza de detalhes como ocorreu o delito, tudo de

forma bastante coerente, coesa e sem contradições, máxime quando corroborado pelos demais elementos probatórios, quais sejam o reconhecimento feito pela vítima na Delegacia e os depoimentos das testemunhas colhidos em Juízo.

3. Nesse contexto, a alteração do julgado, no sentido de absolver qualquer um dos réus implicaria o reexame do material fático-probatório dos autos, não sendo o caso de mera reavaliação da prova, tal como alegam os agravantes. Assim, imperiosa a aplicação do óbice da Súmula 7/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no AREsp 865.331/MG, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 17/03/2017)

Incide portanto à hipótese o enunciado de n. 83 da Súmula desta Corte Superior.

Diante do exposto, com fundamento na Súmula n. 568 do STJ, nego provimento ao recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator